

Registro da Carta de Arrematação:

- ☐ [Requerimento PF](#) (com assinatura reconhecida do proprietário do imóvel ou procurador(a) com poderes para o ato (neste caso deverá ser juntada a procuração original ou cópia autenticada));
- ☐ [Requerimento PJ](#) deverá ser assinado pelo sócio proprietário, administrador ou pessoa equiparada (com assinatura reconhecida no Tabelionato de Notas, sendo que no reconhecimento deve constar expressamente que esta exerce poderes para representar a Pessoa Jurídica, caso não conste, apresentar cópia autenticada do Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial);
- ☐ Carta de Arrematação;
- ☐ Auto de Arrematação;
- ☐ Deverá constar na carta a qualificação completa do arrematante;
- ☐ Edital de praça;
- ☐ Guia de ITBI e comprovante de pagamento;
- ☐ Os ônus existentes no imóvel deverão ser discriminados na Carta de Arrematação, conforme previsão do art. nº. 538, § 1º e § 2º da Consolidação Normativa Notarial e Registral do Rio Grande do Sul;
- ☐ A Carta de Arrematação deverá autorizar o cancelamento dos ônus existentes no imóvel (se existirem ônus originados da Vara Federal e do Trabalho, deverá ser anexado mandado específico de cancelamento do ônus constante na matrícula).

* Todos os documentos judiciais apresentados devem ser originais ou autenticados pelo escrivão judicial, conforme determinação da consolidação normativa notarial e registral do Rio Grande do Sul, art. nº 376, § 2º.